



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE *SOFTWARES*,  
QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL  
FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA

Proc. TRF2-EOF-2015/00273

**O Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por sua **Diretora Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Tel.: ( ) \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu (sua) \_\_\_\_\_, **Sr(a)**. \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2015/00273, em consequência do Pregão Eletrônico nº 088/2015, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015, através do despacho nº TRF2-DES-2015/\_\_\_\_\_, lavrado à fl. \_\_\_\_ do processo, FIRMAM o presente Contrato, visando o fornecimento de *softwares*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de *softwares*, conforme especificações técnicas mínimas estipuladas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 088/2015 e seus Anexos I e II, e na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO QUANTITATIVO:**

Item	Descrição	Quantidade
1	Upgrade: vSphere 6 Enterprise Plus to vSphere 6 with Operations Management Enterprise Plus for 1 processor com Support/Subscription Production VMware vSphere 6 with Operations Management Enterprise Plus até 28/12/2018. Obs.: Upgrade para o Contrato: 41813758 - Vencimento: 22/12/2017. - P/N.: VS6-EPL-OEPL-UG-C + P/N.: VS6-OEPL-P-SSS-C - Código do cliente: FAC-98JDD-TOPFT-DEK05-2C031	12
2	Upgrade: vSphere 6 Enterprise to vSphere 6 with Operations Management Enterprise Plus for 1 Processor com Support/Subscription Production VMware vSphere 6 with Operations Management Enterprise Plus até 28/12/2018. Obs.: Upgrade para o Contrato: 42102427 – Vencimento: 29/10/2015. - P/N.: VS6-ENT-OEPL-UG-C + P/N.: VS6-OEPL-3P-SSS-C - Código do cliente: FAC-98JDD-TOPFT-DEK05-2C031	16
3	Renovação dos contratos de suporte / subscription do vCenter Server Standard referentes aos contratos 42102427 e 41813758 – até 28/12/2018. - Código do cliente: FAC-98JDD-TOPFT-DEK05-2C031	01

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS:**

3.1 - Na Cláusula Segunda deste Contrato estão relacionados o código do cliente e os *part-numbers* dos produtos, com as respectivas quantidades que deverão ser fornecidas de forma a contemplar a atualização das licenças. Deverá ser disponibilizada ao Contratante a versão comercial, release ou a atualização mais recente das licenças durante o período de vigência da subscrição, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato até **28/12/2018**;

3.2 - Os códigos constantes na Cláusula Segunda foram obtidos junto ao fabricante, nada impedindo que, caso haja alteração de nomenclatura ou descontinuidade do produto, sejam fornecidos itens equivalentes do mesmo fabricante, desde que as características sejam iguais ou superiores e que sejam funcionais para a respectiva solução já adquirida;

3.3 - A Contratada deverá enviar correspondência contendo informações sobre como se dará o acesso ao suporte técnico para abertura de chamado e sobre como obter atualizações de versão do *software*;

3.4 - O suporte técnico aos produtos será na modalidade 24x7, prestado pelo fabricante para esclarecimento de dúvidas relacionadas ao uso do produto, sem limite de incidentes, durante todo o prazo de vigência da subscrição;

3.5 - Os serviços serão solicitados pelo Contratante por meio da abertura de chamados de suporte técnico em sistema de informação provido pelo fabricante dos produtos. Os chamados poderão ser abertos a qualquer hora do dia ou da noite, tanto em dias úteis, como nos finais de semana, feriados e pontos facultativos;

3.6 - Cada chamado técnico, independentemente de sua criticidade, receberá um número único de identificação por parte do fabricante e deverá registrar ao menos as seguintes informações:

3.6.1 - Data e hora da abertura do chamado;

3.6.2 - Severidade atribuída ao problema;

3.6.3 - Descrição do problema;

3.6.4 - Histórico de atendimento;

3.6.5 - Data e hora do encerramento.

3.7 - Em caso de indisponibilidade do sistema de gestão de chamados provido pelo fabricante, os chamados poderão ser abertos por meio de ligação local ou de discagem gratuita (0800);

3.8 - O número de identificação do chamado técnico deverá ser fornecido ao Contratante no ato de sua abertura;

3.9 - Ao abrir um chamado, o Contratante poderá agendar data e hora para início do atendimento.

#### **4- CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA:**

4.1 - Os itens 1, 2 e 3 constantes da planilha da Cláusula Segunda consistem na renovação e atualização das licenças atualmente cobertas pelos contratos nº 42102427, 16 licenças do vSphere 6 Enterprise e nº 41813758, 12 licenças do vSphere 6 Enterprise Plus, além das 2 licenças do vCenter Server Standard relativas aos mesmos contratos;

4.2 - Os licenciamentos relativos a ambos os contratos (41813758 e 42102427) deverão ser renovados com subscrição **válida até 28/12/2018**;

4.3 - As licenças atualizadas deverão ser entregues **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato;

4.4 - A entrega das licenças deverá ser realizada através do envio dos respectivos códigos por meio de mensagem eletrônica a ser remetida para o **endereço eletrônico daiti@trf2.jus.br**;

4.5 - A Contratada deverá encaminhar o Termo de Licença do fabricante ou documento similar onde deverão estar claros os *part-numbers* e quantidade de licenças fornecidas, assim como período de garantia e subscrição, conforme especificado no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 088/2015;

4.6 - A Contratada deverá fornecer os procedimentos para *download* dos *softwares* direto do site do fabricante, caso a equipe técnica do CONTRATANTE não consiga utilizar os procedimentos existentes;

4.7 - As licenças adquiridas deverão ser entregues em sua versão mais atual, exceto nos itens em que for especificado de forma distinta. Em caso de mudança de nomenclatura deverá estar especificado na proposta técnica o nome anterior e o atual.

4.8 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1.º do art. 57 da Lei n.º 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

#### **5- CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

5.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

5.2 - A Contratada deverá permitir o livre exercício da fiscalização pelo Contratante.

5.3 - O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

5.4 - A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

5.5 - A Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

5.6 - Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no objeto entregue, a Contratada será notificada e obrigada a efetuar as correções necessárias, no prazo de 05 (*cinco*) dias úteis, sem ônus para o Contratante;

5.6.1 - Essa notificação interrompe os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada e ratificada por meio de relatório de aceite;

5.7 - Seguir as instruções e observações efetuadas pelo Gestor do Contrato, bem como reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.8 - Reportar formal e imediatamente ao Gestor do Contrato quaisquer problemas, anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução do(s) serviço(s);

5.9 - Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o Contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração

passível de aplicação de penalidades previstas, caso os prazos, indicadores e condições não sejam cumpridas;

5.10 - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros.

5.11 - A Contratada não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes aos serviços realizados, a menos que expressamente autorizada pelo Contratante;

5.12 - A Contratada deverá exigir de seus empregados, prepostos e outros, direta ou indiretamente vinculados ao desenvolvimento dos serviços objeto contratados, que mantenham sigilo sobre as informações recebidas do Contratante, conforme Modelo de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico nº 088/2015).

5.13 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

5.14 - Deverá ser permitido o acesso direto ao fabricante, através de ligação gratuita ou de forma eletrônica, sem limitação pra ao número de chamados, caso seja necessário suporte do software ou solução de problemas que impliquem em desenvolvimento de correções (*patches*).

5.15 - Sempre que exigir-se, a comunicação entre o representante da Contratante e a Contratada deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico.

5.16 - A Contratada deverá indicar funcionário de seu quadro para atuar como Preposto junto ao Contratante, fornecendo o nome completo, números de telefones, *e-mail* e endereço para correspondência, sendo também responsável por manter atualizadas as informações fornecidas junto ao Contratante. O preposto da Contratada é o contato oficial para quaisquer questões pertinentes a prestação de serviços vislumbrados neste Contrato.

5.17 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

## **6- CLÁUSULA SEXTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

6.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

**6.1.1 - Provisoriamente – Imediatamente pelo fiscal técnico**, mencionado no item 13.1, depois da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações deste Contrato.

**6.1.2 - Definitivamente – Pelo gestor do contrato e pelo fiscal requisitante**, mencionados no item 13.1, no prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório e, salvo motivo justificado, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

**6.2 - Os Termos** serão emitidos pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

**6.3 - Na emissão dos Termos de Recebimento** deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SLTI/MPOG nº 04, de 12/11/2010 e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

**6.4 - Se após o recebimento provisório** for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

**6.5 - A Contratada** deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

## **7- CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**7.1 - Prestar**, por meio de seu Gestor do Contrato, as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto da contratação que venham a ser solicitados pela Contratada;

**7.2 - Registrar** os incidentes e problemas ocorridos durante a execução do Contrato;

**7.3 - Comunicar oficialmente à Contratada** sobre quaisquer falhas verificadas na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais;

**7.4 - Efetuar** o pagamento devido após o recebimento definitivo do objeto;

**7.5 - Proporcionar** os recursos técnicos e logísticos necessários para que a Contratada possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

**7.6 - Exercer** permanente fiscalização na execução do contrato, registrando as ocorrências relacionadas com a execução do objeto e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;

**7.7 - Proporcionar** todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso aos profissionais ou representantes da Contratada às dependências, aos equipamentos e aos sistemas de informação do Contratante relacionados à execução.

**8- CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**8.1 - DO PREÇO:**

Item	Especificações	Quantidade	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
1	Upgrade: vSphere 6 Enterprise Plus to vSphere 6 with Operations Management Enterprise Plus for 1 processor com Support/Subscription Production VMware vSphere 6 with Operations Management Enterprise Plus até 28/12/2018. Obs.: Upgrade para o Contrato: 41813758 - Vencimento: 22/12/2017. - P/N.: VS6-EPL-OEPL-UG-C + P/N.: VS6-OEPL-P-SSS-C - Código do cliente: FAC-98JDD-TOPFT-DEK05-2C031	12		
2	Upgrade: vSphere 6 Enterprise to vSphere 6 with Operations Management Enterprise Plus for 1 Processor com Support/Subscription Production VMware vSphere 6 with Operations Management Enterprise Plus até 28/12/2018. Obs.: Upgrade para o Contrato: 42102427 – Vencimento: 29/10/2015. - P/N.: VS6-ENT-OEPL-UG-C + P/N.: VS6-OEPL-3P-SSS-C - Código do cliente: FAC-98JDD-TOPFT-DEK05-2C031	16		
3	Renovação dos contratos de suporte / subscription do vCenter Server Standard referentes aos contratos 42102427 e 41813758 – até 28/12/2018. - Código do cliente: FAC-98JDD-TOPFT-DEK05-2C031	01		
VALOR TOTAL				

Códigos SIASG: BR00150191

8.1.2 - O VALOR GLOBAL deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_);

8.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos, enfim todos os custos indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto contratado.

8.1.4 - Os preços são fixos e irrevogáveis.

**8.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

8.2.1 - O pagamento será efetuado, após a entrega dos produtos, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, devidamente atestado pelo gestor do Contrato em até de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal para valores inferiores a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), ou em até 10 (dez) dias úteis, para valores superiores a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a contar do atesto do documento fiscal, apostado pelo gestor do Contrato;

8.2.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

8.2.1.2 - Para fins do disposto no subitem 8.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária;

8.2.1.3 - O atesto será realizado após a entrega e conferência das licenças do *software*.

8.2.2 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviços de qualquer natureza.

8.2.2.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

8.2.3 - Os documentos fiscais deverão ser entregues no Núcleo de Compras - NUCOMP (Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ), de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, em 02 (*duas*) vias, **devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail dicom@trf2.jus.br**.

8.2.4 - Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

8.2.4.1 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa n.º 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nº 539 de 25/04/2005 e nº 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB nº 765 de 02/08/2007.

8.2.5 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 8.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

8.2.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).

8.2.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.



## **9 - CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

9.1 - A despesa decorrente da aquisição dos materiais, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	PTR	Elemento de Despesa	Nota de Empenho
02.061.0569.4257.6013	085.391	3.3.90.39.08	

## **10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES:**

10.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeita-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

10.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

10.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

10.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeita-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

10.4.1 - A multa moratória estipulada no item anterior fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida;

10.5 - Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 10.3 e 10.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.6 - Se as multas supracitadas forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

10.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

10.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

10.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/2004-TRF-2ª RG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

10.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei.

10.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

10.12 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

10.12.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

## **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO:**

11.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

11.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

11.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

## **12- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

12.1 - Os serviços pactuados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 088/2015, e seus Anexos I e II;
- b) Proposta datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada às fls. \_\_\_\_/\_\_\_\_ do Processo;

12.2 - Na hipótese de divergência entre as alíneas “a” e “b” prevalecerão as condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

### **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:**

13.1 - O Contratante designará a **Equipe de Gerenciamento da Contratação** que será formada pelo **gestor do Contrato e por 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo**, os quais exercerão como representantes da Administração toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

13.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

13.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

13.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

13.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

13.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

### **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA GARANTIA:**

14.1 - O **prazo de vigência** do presente Contrato inicia-se no 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, inclusive, estendendo-se até a emissão do último Termo de Recebimento Definitivo;

14.2 - A Garantia de suporte e atualização do produto deverá estar assegurada até **28/12/2018**, devendo o período estar definido claramente no Termo de Titularidade do *software*.

### **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:**

15.1 - Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

15.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

#### **16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA GARANTIA CONTRATUAL:**

16.1 - Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com o artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global deste Contrato.

16.2 - A Contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la **válida e atualizada**.

16.3 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do Contrato.

16.4 - A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no Contrato.

16.5 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

16.6 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

#### **17- CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

17.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nº 9.069 de 29/06/95 e n.º 10.192 de 14/02/2001.

17.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

17.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

17.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

**18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

**19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor.

Rio de Janeiro,                      de                      de 2015.

---

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Diretora Geral

---

RESPONSÁVEL  
EMPRESA CONTRATADA  
(cargo)